



Assembleia Municipal

## ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2005

### Primeira acta

Ao vigésimo oitavo dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e cinco, reuniu em sessão ordinária, pelas 21:35 horas, a Assembleia Municipal de Albufeira, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Albufeira, por convocatória de um de dezassete de Fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**PONTO PRIMEIRO:** Aprovação da acta da sessão de 20/09/2004; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração da data e do montante da despesa, do concurso público para aquisição de Serviços de Higiene Urbana no município de Albufeira entre 1 de Novembro de 2004 e 30 de Setembro de 2012, nos termos do Art. 22º da Lei n.º197/98, de 8 de Junho; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da isenção das taxas e mensalidades relativas à ocupação de lojas e bancadas decorrentes das obras de remodelação e revitalização funcional do Mercado Municipal dos Calços, nos termos das alíneas a) e e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, pedido de autorização para a concessão, pelo prazo de 50 anos, da exploração do estacionamento público à superfície, em terrenos de domínio público, sitos na Avenida da Liberdade, solicitados pela Sociedade Polis, nos termos da alínea b) do n.º4 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PRESENCAS:** Feita a chamada verificou-se estarem presentes os membros, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Vítor José Cabrita Neto, José Manuel Bota Sequeira, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Carlos Sérgio Freire Quintino, Fernando José dos Santos Anastácio, Fernando Cabrita Neves, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Helder José Coelho Guerreiro e Vítor José Correia Maria Vieira. -----

Procedeu-se à chamada dos Presidentes da Juntas de Freguesia, verificando-se as presenças de: Helder Sousa (Albufeira), Francisco Guerreiro (Paderne), José Paulo Aboim (Guia) e Berto Palma (Olhos de Água). -----

Os membros, Pedro Manuel Trovão Ferro, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Eduardo Manuel Cabral de Medeiros e Manuel José Guerreiro Gonçalves, chegaram pelas 21:50, 21:50, 21:45, 22:05 e 21:50 horas, sucessivamente.-----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo e Ana Vidigal e não permanência, Carlos Lima. -----

**FALTAS:** Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, António Paulo Martins dos Santos, Francisco José Pereira Oliveira; Célia Cristina Pinheiro Rosa e Fernando Gregório (Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras). -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros António Santos, Maria Fernanda Rodrigues, Adolfo Gregório, Aníbal de Sousa, e Francisco Oliveira, foi verificada a legitimidade e identidade dos membros imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Eduardo Medeiros.-----

O Presidente da Assembleia dá início ao período Antes da Ordem do Dia. -----

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Rodrigo Santos - Sr. Presidente, desde meados de 2001, o processo de compra do apartamento em que vivo, começou a ser movimentado, apesar do meu pedido de compra ter mais de seis anos. Falei com a Dra. Anabela Cabrita, mas só a partir de uma carta da Dra. Leonor Coutinho, o processo começou a ser movimentado, em 2001. Sei também que já correu os gabinetes do Sector da Habitação, Vereadora da Habitação, Engenheiros, Consultor Jurídico, e em cada gabinete esteve três e quatro meses. O Sr. Presidente, sabe que sou doente depressivo com várias baixas num Hospital Psiquiatra. Este caso está a afectar a minha saúde mental. Peço, pois, a V. Exa., se digne mandar parar esta mudança e seja marcada a escritura. É tudo o que peço, para o seu bom-nome e a minha saúde mental não seja mais afectada. -----

De momento, não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----

De seguida o Presidente da Assembleia inicia o período destinado aos membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:-----

Pedro Ferro - Sr. Presidente, Senhores Membros da Assembleia, levantada a questão das obras do Eixo Viário, eu gostava de saber quais são as prioridades e as oportunidades destas obras? Elas não têm em vista a situação do tráfego do centro de Albufeira. Elas não vêm resolver nenhum problema da estrutura da rede viária e a necessidade da sua recuperação. Elas não vêm resolver o problema dos fluxos de tráfego, visto que se mantêm os dois sistemas, de rotunda e cruzamentos com semáforos. Elas, também não vêm resolver os problemas da segurança, mantêm-se o mesmo sistema que tinha, de via rápida. Elas não vêm criar ou melhorar, consideravelmente, o espaço de passeio e estar, da via pedonal. Estas questões e tendo em conta, também, que o PSD, quando houve eleições se comprometeu a resolver o problema viário, nomeadamente no que respeita à necessidade de uma via alternativa à cidade, para permitir descongestionar o tráfego do eixo viário e reduzir o seu impacto negativo, e até agora mantêm-se tudo na mesma. Está prevista para 2006/2007. A criação dos passeios: podiam ser mais desafogados, mantêm-se só com dois metros. O túnel que está previsto e que está a ser executado por baixo da rotunda, com

cinquenta e dois metros de comprimento, pode ser mais um conflito, um ponto de marginalidade, mais que um ponto de resolução de problemas como deveria ser. E são estas as questões de ordem de oportunidade que se expõem destas obras que estão a ser levadas no eixo viário. -----

José Aboim (Presidente da Junta de Freguesia da Guia) - Boa noite. Vou pedir ao Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez, e tantas que lhe tenho pedido, que fizesse alguma coisa para o alargamento do Cemitério da Guia, onde o espaço vai diminuindo, como o Senhor tem conhecimento. Pedia o grande favor, que olhasse por aquilo. Já houve conversa de que estavam a encaminhar a questão, mas até hoje nada foi feito. Também pedia, se possível, que fosse alargado o Lar da Guia. Há lá bastante terreno para construção de um outro Lar. As pessoas têm pedido, mas acho que pouco ou nada tem sido feito, está tudo parado. Habitação Social na Guia: As pessoas pedem-me para falar com o Sr. Presidente. Este assunto é uma proposta do Sr. Presidente no seu programa eleitoral, aquando da sua eleição. A segurança na Guia: Constantemente têm sido carros e casas assaltados e até hoje nada foi feito. A revisão do PDM: As pessoas pedem-me, principalmente a camada jovem que lá têm terrenos. Até hoje nada foi feito. A cobertura do Polidesportivo, a mesma coisa. Tudo isto está no seu programa eleitoral. Também propôs que iriam fazer alguma coisa relativamente ao desporto pelas freguesias, incluído a zona de Vale Parra. Nada está feito. Aquela variante, para conseguir afastar o trânsito do centro da Guia? Também nada está feito. A distribuição da rede de águas? Também alguns consumidores da Guia não estão a ser abastecidos. Já foi feita uma visita a essas pessoas, mas no entanto nada foi feito. Dentro desta questão já foram apresentadas reclamações por parte de moradores da Hersal, nos Salgados. Dizem as pessoas que tudo está a ser construído sem fiscalização por parte da Câmara. Fazem queimadas nas obras e as pessoas que lá habitam estão descontentes com a situação. Pedia ao Sr. Presidente que levasse alguma atenção nesta questão. Obrigado. -----

Fernando Anastácio - Neste período antes da ordem do dia e tivemos oportunidade aqui nesta Assembleia de ouvir uma intervenção da parte do público, em que nos leram um documento, mas que essencialmente na descrição factual dentro do que é referido naquele depoimento, de estarmos perante uma situação que parece ser uma matéria de grande complexidade ou de grande dificuldade, trata-se tão só da execução de uma decisão. A pergunta é (aproveitando a presença do Sr. Presidente): se tem alguma informação, independentemente da diligência que o Sr. Presidente da Assembleia irá fazer relativamente à questão que foi colocada junto aos serviços camarários, se poderia, hoje aqui, dar-nos algum esclarecimento, das razões que estão subjacentes a este relato apresentado aqui por este município? -----

Relativamente à matéria que até já foi objecto de referência, nomeadamente de ofício remetido pelo grupo municipal do Partido Socialista ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e que a Câmara terá hoje respondido, nós teremos oportunidade de conhecer esse documento. Eu gostava, em primeiro lugar nesta Assembleia, explicar e dar devida voz às preocupações que se colocam à bancada do Partido Socialista nesta Assembleia relativamente ao assunto em causa, nomeadamente às obras em curso no eixo viário, denominada Avenida dos Descobrimentos. Do ponto de vista factual e só para que a

Assembleia tenha conhecimento das diligências levadas a cabo pelo Grupo Socialista nesta Assembleia, tivemos oportunidade, tomando conhecimento da obra, de primeiro através dos vereadores eleitos pelo PS, na reunião do executivo colocar algumas questões relativamente aos termos em que a obra se estava a desenvolver. Tivemos oportunidade de fazer chegar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, uma súmula das nossas preocupações e tivemos oportunidade, obviamente também, junto das entidades com tutela em diferentes matérias que nos pareceram ser aquelas que em primeira linha se colocavam, nomeadamente o IDICT, que na nossa opinião haveria uma questão de segurança, quem tem o problema da legalidade dos procedimentos e junto do Tribunal de Contas, suscitar as nossas apreensões sobre isto. Aliás, também, fizemos por escrito um pedido ao Sr. Presidente da Assembleia, para que diligenciasse junto da Câmara Municipal que o processo administrativo relativamente a esse concurso, estivesse disponível no Gabinete da Assembleia, hoje, no horário de expediente, com vista a que pudesse ser consultado ou por nós ou por quem entendesse ser necessário fazer. E pegando por aí, podemos dizer que tive oportunidade esta tarde, de no Gabinete da Assembleia Municipal, ter acesso às peças do processo administrativo. E falando hoje já não só sobre o que nos era dado a conhecer, mas pelo menos sobre a leitura que tivemos oportunidade de fazer sobre os documentos que nos foram disponibilizados, pressupomos que seja o processo administrativo na sua globalidade, outro sentido não faria se assim não o fosse, levantasse-nos três ordens de preocupações, até vou separa-las por ordem de importância, começando da menos importante para a mais importante. A primeira que tem a ver com aspectos formais, porque de facto, aspectos formais são importantes, na nossa perspectiva não são a essência das coisas, mas o rigor é importante. Os aspectos formais levam-nos a três constatações que nos parecem inequívocas e que deveriam ter merecido um outro procedimento pela parte da Câmara Municipal. E eu hoje, não vou aqui repetir o que na outra Assembleia se disse, e já uma Assembleia extraordinária tivemos para discutir essa obra, porque isso todos nós sabemos, todos nós ouvimos, não vale a pena perdermos tempo. Na altura houve aqui uma Assembleia Municipal, como se devem recordar, sobre esta obra em concreto. Parece que algo de bom do ponto de vista da análise das peças não vinha aqui. Aspectos formais: a obra foi adjudicada, segundo parece no dia catorze de Fevereiro, pelo menos é o que diz no Auto de Consignação no concurso de concepção/construção. Importante: um concurso de concepção/construção quer dizer precisamente, permitir que o adjudicatário da obra comece a trabalhar. Comece provavelmente, naquilo que é um concurso de concepção/construção a fazer o projecto, ou seja, a projectar aquilo que vai ser executado. Concepção/construção é isso, conceber um projecto. Ora bem, no dia catorze de Fevereiro começou efectivamente a obra, mas estou a falar da obra física, no terreno. Até aqui algo poderia parecer estranho. Aliás na questão que foi colocada pelos Srs. Vereadores da Câmara Municipal, foi-lhes explicado que a intervenção no terreno não tem nada a ver com o projecto, é um trabalho preparatório. Portanto, numa obra de repavimentação do eixo viário, os trabalhos que vocês vêm ali são trabalhos preparatórios, não têm nada a ver com o projecto. Esta é a explicação. Aliás, nomeadamente, a escavação que está a ser feita no meio do eixo viário daquele túnel, não tem nada a ver com o projecto, é um trabalho preparatório. Foi esta a explicação que foi dada. Portanto, não havia que ter preocupação porque o projecto iria ser executado. Meus amigos, caros colegas desta Assembleia, é um

pressuposto, para a execução de obras, de facto fazemos projectos, quando cabe ao adjudicatário fazê-lo, cabe à Câmara aprovar os projectos ou ao dono da obra. O dono da obra tem que ter uma palavra sobre aquilo que vai fazer, ou então é dado como adquirido que não importa a vontade do dono da obra, ou seja, não importa a vontade da Câmara enquanto órgão colectivo composto por sete pessoas e que reúne ordinariamente uma vez por semana, portanto não tem de fazer juízo sobre a bondade das soluções de projecto que os adjudicatários têm de conceber o projecto, têm que o fazer. Não faz sentido, mas é o caso concreto. Posso-lhes dizer que até hoje às 1630 horas, hora que a Sra. funcionária estava em funções na sala da Assembleia, o projecto de execução daquela obra não estava nas peças administrativas que nos foram facultadas. Isto é factual e portanto a Assembleia deve ter conhecimento. Segunda questão: a obra, apesar de ser uma obra municipal, parcialmente tem intervenção com a zona de intervenção Polis. Todos nós sabemos, os municípios sabem, que qualquer projecto de licenciamento, qualquer intervenção que se pretenda fazer no território ou no edificado, na zona de intervenção do Plano de Urbanização da Frente Mar, fruto do Decreto-Lei, que instituiu o Polis e os acordos, como eles estão celebrados entre o Estado Português e a Autarquia de Albufeira, há uma Comissão Técnica de Acompanhamento que dá pareceres sobre todos os projectos. Não há um munícipe que tenha um projecto aprovado ou pelo menos não deveria haver e portanto penso que não há, na zona de intervenção Polis, que a chamada Comissão Técnica, composta por membros da Sociedade Polis e a Câmara Municipal de Albufeira, não se prenuncie sobre este projecto. Posso-lhes dizer, segundo me é dado saber, é meramente especulativo, mas o Sr. Presidente concerteza irá esclarecer-nos sobre essa questão, o projecto teria sido aprovado hoje, na dita Comissão Técnica, ou seja, hoje, dia 28 de Fevereiro, catorze dias depois do auto de consignação, três semanas depois do início das obras e na minha opinião, tão só com a pressão obviamente que foi feita, relativamente a essa matéria. Estes são os aspectos formais, à partida, porque há outros. Aliás, pegando em aspectos formais, tive a oportunidade, como vos disse, de suscitar a questão no Tribunal de Contas e reparei, e fiz a pergunta de como e que estava a situação do visto prévio para a obra. O visto ainda não foi dado. Conhecemos a Lei perfeitamente, isso não impediria o início do trabalho, não é essa a questão. Mas por exemplo, muito estranhei, tendo sido informado pelo Tribunal de Contas que tinha sido remetido um ofício a pedir esclarecimentos à Câmara Municipal de Albufeira e o teor desse ofício não estivesse nos documentos que nos foram disponibilizados hoje. Tendo sido enviado ofício a pedir esclarecimentos do porquê de um conjunto de questões relativamente a essa empreitada, pressuponho que terá sido recebido, seria interessante saber porque esse ofício não fazia parte dos documentos que nos foram hoje disponibilizados, ou seja, não constava do processo administrativo. É importante saber, concerteza que o Sr. Presidente estará a par da questão, tendo em consideração a importância da matéria, concerteza por uma boa razão qualquer foi, portanto, vai ter a oportunidade de esclarecer o porquê. Chamo a atenção de uma coisa importantíssima, depois quero ver, dentro dos aspectos formais e sem estar a antecipar um problema, como é que os Senhores vão resolver o caso concreto que é: se por acaso e por mero exercício, o Tribunal de Contas não der visto branco a essa obra, quando não têm projecto, nem programa de execução, como é que vão pagar o empreiteiro? É uma pergunta que deixo, porque a Lei

também diz que se paga em conformidade com os trabalhos executados, de acordo com o programa de execução. Ora, não há projecto. É uma dúvida que deixo para os Senhores pensarem. Concerteza que irão pedir uns pareceres jurídicos, se for necessário, para tentarem resolver o problema. Mas isto é questões formais, depois há as questões de segurança. De facto, é inconcebível que se inicie uma obra na principal via da cidade, sem comunicar às autoridades policiais. Não há um único ofício no processo administrativo. Avisa-se a Telecom e a EDP, mas não se diz às autoridades policiais que se vai intervir naquele eixo viário. Fizemos essa pergunta, também, e a resposta foi que não tinham confirmação oficial da obra, tinham conhecimento meramente oficioso, que era de passar por ali, como qualquer um de nós tem. Segundo: não consigo perceber como é que se inicia uma obra sem um plano de segurança aprovado. Não consigo entender isso, até porque o plano de segurança estava na Câmara, mas só foi aprovado depois do auto de consignação. Ou seja, a segurança da obra e a segurança de pessoas e bens, parece que não é uma preocupação dominante, o que importa é consignar e intervir no território. Aliás, é do domínio público a quantidade de acidentes que ocorreram naquela via, fruto, obviamente, de uma deficiente sinalização. Penso que ninguém porá isso em causa, que só foi corrigida e tem vindo a ser corrigida, em função obviamente da opinião pública e também da pressão do Partido Socialista, mas essencialmente da pressão da opinião pública. O Sr. Presidente terá o registo da quantidade de reclamações que os munícipes fizeram sobre o estado em que aquela obra se iniciou. Mas, também, não havia uma única indicação de quem era a obra. Não havia um cartaz informativo sobre a obra. Exige-se aos particulares que coloquem a licença, quando começam uma obra, quem é o dono da obra, quem é o responsável. Não se sabia quem era o dono da obra, quando começava, quando acabava, que tipo de intervenção, quanto custava. Não havia nada disso. Hoje já há, porque a opinião pública tem força. Quando se critica, quando se chama a atenção, vão-se resolvendo. Por último, e agora ainda sobre as questões que se colocam em volta daquela obra: temos de ter em consideração critérios de oportunidade e critérios da boa gestão dos nossos recursos. Recordo-vos, não sei se já tiveram acesso a essa informação, se se deram ao trabalho de ir ver, esta obra iniciou com uma previsão de um custo de um milhão e duzentos mil euros, depois foi aumentando, digamos assim, o objecto de intervenção e a obra passou a cerca de dois milhões de euros, depois quando aprovamos aqui o plano de actividades e o orçamento, já vinha consignado na rubrica para a obra cerca de dois milhões, cento e sessenta e sete (se não estou enganado), mais IVA, dois milhões e trezentos já lá vão e ainda não temos projecto, no fim vamos ver onde vai terminar. Porque, meus amigos, trabalhos de infraestruturas, como concepção/construção, eu desafio a irem ao histórico e ao comparativo, a ver se encontram muitos trabalhos de adjudicação de infraestruturas, matérias que são fáceis de medir, que se sabe o que está errado, estamos a falar na obra do eixo viário dos anos oitenta, sabemos o que está ali. Portanto, não faz sentido nenhum, só a pressa, de facto, porque fazer um projecto obrigava a adjudicar o projecto. Há calendários que se sobrepõem ao interesse público, e portanto, por vezes alguns decisores, neste caso concreto tomam a posição de: é preciso fazer, vamos lá fazer o quê, não interessa quanto custa. É a conclusão que podemos tirar, porque a resposta é: justifica-se gastar, falando em moeda antiga, mais de seiscentos mil contos no eixo viário, para não resolver os problemas do eixo viário. Toda a gente sabe

que o grande conflito de tráfego no denominado eixo viário é na rotunda da BP, essencialmente nos períodos críticos de acesso a Albufeira, Natal, Fim de Ano, Páscoa e Verão. É um problema de tráfego, de facto, toda a estrutura viária da cidade está organizada para que quem quiser cruzar nascente para Poente e vice-versa, e aceder à cidade, passa por ali. A pergunta é: será que com uma rotunda na BP, vão resolver o problema de tráfego do acesso a Albufeira? Será que mantendo rotundas num lado e semáforos no outro resolve-se o problema do centro da cidade de Albufeira? Qualquer teórico ou prático de tráfego sabe que são dois sistemas conflituantes que se mantêm. Claro que não vai, porque obviamente, a solução do tráfego é aquilo que já há muito tempo se tem vindo equacionando, que é uma nova via mais a Norte, que descongestione e permite retirar do centro da cidade todo o tráfego de atravessamento. Eu reconheço que é um trabalho muito difícil, obriga a muitos estudos, obriga a muitos projectos, obriga alguma capacidade de previsão, de gestão a médio prazo. De facto, são requisitos que reconheço que são escassos na actual gestão. E portanto, como são escassos na actual gestão, é previsível avançarmos com uma obra na minha opinião meramente cosmética, porque não vai resolver rigorosamente nada do problema de fundo. Por exemplo, o Arq. Ferro falou de uma questão que parece clara, passagens subterrâneas em cidades, zonas escuras no meio das cidades, corredores com cerca de sessenta metros, entra-se e não se vê o fim, são sítios para fomentar a toxicodependência, a marginalidade e a insegurança. Vocês acreditam que alguém vai passar por aquele túnel, que se propõe fazer debaixo do eixo viário, a pé? Que algum utente do Centro de Saúde, que queira vir para o centro de Albufeira, a pé, vai passar por ali? Ninguém acredita. Se esse projecto fosse discutido, concerteza que haveria alguém a suscitar esse problema. Se calhar, teriam que pensar um bocadinho e teriam que alterar. Assim, é preferível começar a fazer e depois quem vem atrás que feche a porta. No fundo, onde ficamos? Tira-se o tapete, coloca-se um tapete novo. Muda-se o pavimento dos passeios, coloca-se passeios novos. Troca-se os loendros por palmeiras e põe-se uma luz por baixo. Põe-se calhaus, que até são bastante caros à volta do sítio onde estão as luzes e por o caminho faz-se uma ciclovia com metade a subir e metade a descer, depende do lado para onde se vai, ciclovia que começa no nada e termina no nada, para isso corta-se uma barreira que está consolidada e depois faz-se um muro de suporte para segurar a barreira. Gasta-se seiscentos mil contos. Tira-se os semáforos, põe-se uma rotunda e mete-se uma conduta de água lá pelo meio. O calendário é este: vamos lá acabar isto no Verão, porque é preciso estar pronto no Verão. Acho que este debate já está feito na opinião pública. Concerteza que estaremos de acordo que, daqui a quatro, cinco, dez meses, quando a obra acabar, o espaço estará mais bonito do ponto de vista estético, concerteza que sim, mas o problema é, quando os recursos são escassos, quando é preciso ter prioridades, quando é preciso canalizar o dinheiro para aquilo que efectivamente resolve o problema. Nós não estamos contra as obras. É bom que se faça obras. Que as obras trazem incómodos, também o reconhecemos. Mas as obras têm de ser planeadas, feitas no tempo certo. Por exemplo, se esta obra demorava quatro meses, porque é que ela não arrancou em Outubro? Não prejudicava a Páscoa. Uma Câmara que planeia, faz assim. Arrancou em Fevereiro e aí está. O calendário não é o calendário dos utentes, é o ciclo eleitoral. A preocupação é essa, e não é mais nenhuma. Portanto, quem tem preocupações destas, tem resultados destes. Por último.

Posso-vos dizer que a obra arrancou sem fiscalização. Foi consignada no dia catorze e o contrato para a fiscalização foi aprovado em reunião de câmara no dia vinte e quatro. Também não é preciso fiscalização, ou seja, pode-se consignar uma obra sem sequer ter a fiscalização contratada. A pergunta é: se a fiscalização não tem de acompanhar os trabalhos e se os trabalhos não começam no dia catorze? Nós vimos que começaram, mas parece que para a Câmara isso não é importante. É evidente que agora vão vir muitas explicações, hão-de aparecer muitas justificações, muitas respostas justificativas, mas os factos estão aí e contra factos não vale a pena dizer muito, cada um faz a leitura que quiser. Eu penso que sobre o assunto as coisas estão claras e está percebido o problema, está percebido as deficiências e está percebido que poderia ter sido diferente. É só. -----

Carlos Quintino - Boa noite a todos. Esses são efectivamente os factos do partido Socialista. Os factos, para mim e para muitos do Partido Social Democrata são bem diferentes. Aquela obra começou a ser feita porquê? Porque se detectou que havia sinais de rotura, abatimentos e fraca drenagem, naquele eixo viário. Isso é o princípio do início daquela obra. Ou seria mais correcto, só efectuar uma intervenção naquele eixo depois de um qualquer acidente que poderia ali ter ocorrido. Eu vi as fotografias que lá foram tiradas, vi o estudo que lá foi feito e na minha opinião haviam zonas que estava iminente um possível abatimento. Esse é um ponto que tem de ser considerado. Vamos começar pelo princípio e este é realmente o princípio. Além disso, também havia a necessidade, como falou, de se fazer a travessia daquela zona com uma conduta que é essencial para a questão do abastecimento de água ao concelho e que vai fazer a ligação do Bem Parece com o sistema da Mosqueira, que é uma conduta de 400 ml e que vai passar pelo subsolo. Naturalmente que isto, de acréscimo à intervenção no âmbito do Polis, a construção da rotunda e a tal passagem subterrânea que falou, mais a construção da pista ciclável que é um projecto europeu que leva mérito e vai abranger todo o Algarve, são para mim mais que motivos suficientes para se começar aquela obra, e já. Agora vamos falar da questão do aumento do valor do concurso. A mim parece-me estranho como é que o Partido Socialista, agora vem criticar o aumento do valor do concurso, quando isto foi levado a reunião de câmara a 07/09/2004 e aí foi então que propõe um aumento para dois milhões de euros e teve a total concordância dos vereadores do PS, sem levantar questão, eu tenho aqui a acta da reunião de Câmara. Ainda mais, sabendo o Partido Socialista o porquê deste aumento: Sabendo que se veio propor que houvesse ali uma intervenção a nível de arborizar a área; sabendo que este valor também tem a ver com a iluminação dos passeios, que não estavam contemplados; com a mudança do tipo de material que os passeios são construídos. A melhoria da rede de esgotos domésticos daquela zona. Portanto, a mim parece-me, efectivamente, muito estranho que agora o Partido Socialista, tendo os vereadores eleitos pelo Partido Socialista presentes na reunião de 07/09/2004, aprovado o aumento desta obra, venha criticar, da forma que falou e da forma que tem feito. Quanto às questões relacionadas com o Polis, apesar de efectivamente eu também ter o conhecimento que só hoje a Comissão Mista de Acompanhamento emitiu parecer sobre a questão, daquilo que me foi dado a conhecer, os técnicos do Polis têm acompanhado desde o primeiro minuto a obra, e só assim deveria ser. Estamos a falar de uma obra que é preparatória, disse bem, neste momento é uma obra preparatória. Nós não temos ali intervenções de fundo, por aí além. Mas mesmo dessa



forma, tem sofrido o acompanhamento, tanto dos técnicos do Polis, como dos técnicos da rede viária da Câmara Municipal de Albufeira, segundo me é dado a conhecer. É lógico que legalizar obras no concelho faz uma certa confusão ao Partido Socialista. Para mim é lógico. Custa-vos aceitar uma coisa, que é o executivo do Partido Social Democrata vai deixar marca neste concelho. Vai deixar obra feita. Vocês tiveram no poder mais de vinte anos e não tiveram a competência, a coragem, o descaramento de fazer determinadas obras estruturantes para o concelho. E agora, aproveitam-se de algumas questões, que eu acho que poderiam ter corrido melhor, nomeadamente a questão da segurança, é natural que no principio tenha gerado alguma confusão a fluidez do tráfego, é natural que não tenha sido acautelado tudo o que deveria ter sido acautelado, mas, em meu ver, o Partido Socialista em Albufeira, está a fazer, é o aproveitamento dessas questões, que é fácil fazer, qualquer pessoa não gosta de estar no trânsito, qualquer pessoa não gosta de ver um individuo a vir do lado contrário contra ele, como aconteceu se calhar algumas vezes e de estar à espera no trânsito para chegar ao emprego ou a casa, e é fácil aproveitar isso e lançar cá para fora comunicados de imprensa. E não falo em questões formais, porque pessoas mais habilitadas o irão fazer. Chamo a atenção, naquilo que me é dado a ver em termos de utilidade da obra, aquela obra tinha de ser feita já, por questões de segurança. A partir do momento que há uma obra que tem mais de vinte anos, apresenta sinais de rotura, abatimentos, grande fendilhação e a drenagem é fraca, o que poderia acontecer? Um acidente. Este para mim é um motivo mais do que suficiente para se realizar a obra. Acrescido de todos os outros que eu aqui vos apresentei, que os Senhores têm conhecimento, parece-me que esta obra tem utilidade efectiva para o concelho e tem de ser realizada já. -----

Carlos Gabriel - Pegando no assunto do túnel na rotunda da antiga BP, os Senhores devem ter reparado no projecto, não sei se conseguiram se aperceber que o túnel não é fechado em todo o seu comprimento. Ele, na zona da rotunda é aberto. Porquê fazer um túnel? Também não sou grande apologista do túnel, mas teve origem na obra que os Senhores fizeram há vinte anos, quando tiveram a oportunidade de fazer um nó viário desnivelado na estrada de Albufeira. Tinham duas situações, ou faziam um nó desnivelado e hoje não tínhamos de fazer um túnel, nem fazer as obras que estamos a fazer hoje, mas se calhar com um aproveitamento económico é mais fácil cortar a terra de um lado e coloca-la logo ao pé, fizeram a asneira que está ali, que é grave porque taparam a linha de água. Se fosse uma passagem desnivelada não teríamos o problema que podemos ter, se vier uma tromba de água da zona das Ferreiras. A solução de recurso que estamos a ter, porque não vemos outra, até se calhar aquele túnel irá ajudar numa eventual cheia a montante, porque será mais um escape para as águas. -----

O Presidente da Assembleia, pergunta se mais alguém quer intervir. Não havendo mais intervenções, de momento, passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos. -----

Presidente da Câmara - Vou começar por esclarecer o público. O sr. Frederico é um velho conhecido desta casa. É um processo que já tem antecedentes e não foi ainda resolvido porque tem outras condicionantes que é preciso avaliar. O que eu fiz foi para que os serviços pudessem avançar o mais rapidamente possível. O Senhor quando vem cá fala umas vezes comigo, outras com a Sra. Vereadora. Agora, aqui, não sei exactamente como está o

processo. É um processo que tem pés para andar e se não andou mais depressa foi porque os pés ainda não estavam bem assentes. Mas se o processo for conforme, penso que em breve terá essa situação resolvida. -----

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Guia, colocou uma série de questões e pedia por favor, por favor. O Sr. Presidente da Junta não tem de pedir por favor a ninguém, fala, escreve e nós tentamos dar respostas às questões solicitadas. Sobre o alargamento do cemitério da Guia: há uma parte que está em PDM e já falei com o proprietário do terreno que confina com essa parte, que se mostrou com alguma disponibilidade para negociar. Será tratado em função da conversa que tive com o proprietário. Sobre o Lar da Guia e a construção de um outro: o Lar da Guia existe, há um terreno e há uma intenção de nesse terreno fazer uma ampliação. Esse terreno foi há pouco tempo objecto de um destaque, sem o destaque não havia possibilidades de iniciar o processo. Há contactos no sentido de haver uma cedência do terreno para a execução desse Lar. Ainda hoje deixaram cá o documento, vou ver se está em condições para avançar e falar com a Sra. Vereadora. Tem de haver condições efectivas, em função daquilo que é pedido. Habitação Social: nós já visitamos a Guia por várias vezes. O perímetro urbano está fechado, como sabe. Cada vez que vamos abordar as pessoas para compra de terrenos para habitação social, devem estar desfasadas daquilo que são os custos dos terrenos. Posso-lhe dizer que por um terreno de três hectares pediram um milhão de contos e em zona agrícola. O terreno que a Câmara tem, está em zona agrícola condicionada, não podemos lá construir, só com uma alteração ao PDM. Em relação ao PDM, o Sr. sabe que neste momento, em termos de Algarve, é o concelho que tem o processo mais adiantado. Tem o relatório e o diagnóstico executado e já teve a primeira reunião técnica com a COTDU. Mas, tendo em conta os atrasos que o PROTAlgarve tem tido face a estas instabilidades governamentais, é um processo que não tem andado tão depressa quanto desejávamos. Esperemos que agora, com a vinda de gente nova, se defina rapidamente o que se pretende. É a nossa prioridade. Não é só a Guia, mas também em relação às outras freguesias. Temos um plano de ordenamento que está em vigor desde Maio 95 e há uma grande vontade, mas nem sempre as coisas estão nas nossas mãos. Em relação à segurança: também sabe, se não sabe tem ouvido falar, que uma das questões que eu tenho colocado em termos de segurança, é a necessidade de um posto da GNR nas Ferreiras e outro na Guia. Numa reunião que tivemos com os comandos da GNR, uma das questões levantada foi a exactamente a necessidade de fazer um posto da GNR, de preferência na zona da Guia. Mas depois coloca-se o problema dos efectivos. Constrói-se o posto, mas depois a distribuição dos efectivos por parte da GNR não é fácil. As nossas preocupações estão entregues a quem de direito. Sobre a rede de águas: eu penso que a freguesia da Guia não terá muitas situações "penduradas". Sobre a cobertura do polidesportivo: não sei qual é o que o Sr. Presidente está a mencionar, mas não é o que está cá em baixo, porque não há intenções de cobrir esse polidesportivo. O que está previsto para essa zona e que já está a ser elaborado projecto, é a qualificação daquele espaço, com parque subterrâneo e uma praça por cima. O polidesportivo, será em termos de plano de pormenor, feito ao lado dos campos de jogos, lá em cima. É o que está previsto. Sobre a fiscalização das obras na Hersal: posso lá mandar a fiscalização, pois é uma situação que me foi colocada agora. Sobre as questões relativas à obra do eixo viário: eu acho que há aqui questões que o Sr. deputado

do Partido Socialista terá alguma razão, mas haverá outras que me parecem ser um aproveitamento político desta situação. Naquelas que o Partido Socialista terá razão, nós assumimos e aceitamos. Até aceito que ele possa vir a ser penalizador, no que diz respeito a este executivo e à minha pessoa, mas estou com receio que ele seja penalizador e nesta altura, em relação aquilo que é a imagem de Albufeira no exterior e no estrangeiro. E esse para mim é o problema maior, porque essas questões não as ultrapassamos. No ano passado, nesta altura, o Partido Socialista colocou o concelho de Albufeira cheio de outdoors com a imagem de contentores do lixo. Penso que o que essas imagens passam e aquilo que se está a procurar transmitir através da comunicação social pode ser prejudicial à imagem do concelho. Esta é a minha preocupação. As questões factuais, em termos daquilo que foi o objecto da obra, a prioridade da obra, que teve a ver com uma necessidade de intervenção que o Eng. Quintino referenciou de forma bem explícita e que tem uma necessidade que nós entendemos que é importante para que quando se chega a Albufeira se possa ter uma entrada condigna. Acontece que no Plano de Urbanização da Frente Mar de Albufeira, o art. 121º diz claramente o seguinte: "Tendo em vista a melhoria de acessibilidades e circulação na área do nó viário, a principal entrada de Albufeira e Avenida dos Descobrimentos, deverá ser elaborado um programa de intervenção que integre as seguintes acções: reformulação do nó viário com desnivelamento conforme indicação na planta de zonamento; construção de um novo parque de estacionamento integrado na reformulação do eixo viário; articulação dos espaços pedonais e cicláveis da Avenida da Liberdade com percursos previstos a Norte e ao longo da ribeira; requalificação do parque de estacionamento existente; implementação de espaços verdes dentro do enquadramento integrando percursos pedonais e cicláveis; melhoria das condições de adaptamento pedonal entre as áreas de estacionamento existentes propostas e a Avenida da Liberdade; reperfilamento da Avenida dos Descobrimentos em função das orientações decorrentes do estudo do transito de transportes na zona central de Albufeira; separadores da Avenida dos descobrimentos deverão ser plantados herbários". Portanto, isto é aquilo que este projecto e esta intervenção procura cumprir. E procura cumprir de maneira a que a rotunda e aquilo que está previsto, não inviabilize um futuro nó desnivelado. Se bem me lembro, havia muita gente que aquando da discussão do Plano de Pormenor da Frente Mar, era totalmente contra o nó desnivelado porque quebrava claramente aquilo que era a imagem dada a Albufeira. Ou seja, havia quem defendesse, até uma parte do Partido Socialista e pessoas ligadas ao turismo, a não execução desse nó viário. Esta foi a preocupação da intervenção, de dar resposta a este artigo que diz isso. E como sabe, aquela é uma obra complementar, não é a obra Polis e não põe em causa o nó viário, cumpre o art. 121º do Plano de Urbanização e foi acompanhada pela Sociedade Polis. A Comissão Mista reuniu hoje, verificou e fez algumas observações de correcção ao próprio processo. Portanto, penso que aquilo que se pretende é uma intervenção que valorize aquela entrada, que todos nós conhecemos. Por exemplo: do lado esquerdo temos passeios, mas do lado direito, até à rotunda dos Golfinhos, não tínhamos passeios laterais, nem iluminação; tínhamos uma situação grave do lado Sul, fissuras muito complicadas no pavimento e que os nossos técnicos verificaram a necessidade dessa intervenção. Quanto à obra não ser tratada de maneira a começar em Outubro ou Novembro? Foi porque nós no fim do ano tivemos em Albufeira cerca de oitenta mil pessoas,

e também procuramos que não houvesse intervenção antes do Carnaval. Houve a preocupação de não criar nenhuma complicação para com aqueles que vêm de fora. Digamos que, aquilo que foi feito, foi aquilo que nos pareceu mais claro e mais objectivo. Em relação aos valores, o Eng. Quintino já clarificou. O contrato foi celebrado no dia dois de Fevereiro. A adjudicação foi celebrada no dia catorze de Fevereiro, mas as obras de limpeza do terreno e montagem de estaleiro, que tiveram a haver com o trabalho preparatório para a intervenção do projecto, começaram a ser realizadas praticamente a partir da data da confirmação. Tudo o foi feito nesses dias, foi exactamente de acordo com aquilo que foi a proposta da empresa que ganhou. Não houve nada a esconder, apenas uma vontade de fazer a obra. Ela pode ser, do ponto de vista do Partido Socialista, desajustada, mas é a nossa posição. Quantas vezes o Partido Socialista fez obras nesta Câmara que a oposição não concordou?! Se olharmos para trás, vemos três ou quatro desajustadas. Pergunto: o que é que faz a pista de radiomodelismo perto da escola secundária? Foi opção do partido Socialista na altura e estamos um bocado aflitos com essa obra. O Parque Lúdico? Estamos a tentar recuperá-lo com a ciência e espaço Internet Temos opções diferentes, é por isso que temos projectos diferentes. Temos opiniões diferentes. E ainda bem que a democracia é assim. E os parques de estacionamento? Neste momento conseguiu-se, já teve em Diário da Republica, a declaração de utilidade pública do terreno do Cabrita, para podermos lançar o concurso. Ou seja, não conseguimos negociar ao fim de vários meses de discussão, então partimos para a expropriação. O processo já está preparado para iniciarmos em termos de abertura de propostas e avançar com a obra. Tem espaço para duzentos e poucos lugares. Este P6: é um projecto que também está para concurso, está na ordem de trabalhos desta Assembleia para a cedência do espaço público municipal e tem capacidade para quatrocentos e quarenta lugares. O campo de futebol do Inatel: depois de dois anos de negociações com o Inatel que foi inflexível, avançamos com um processo de declaração de utilidade pública, o qual já foi assinado pelo Secretário de Estado, seguiu para a Câmara Municipal, para depois voltar ao Secretário de Estado e ser publicado no Diário da república. Aqui está a forma de intervenção para a necessidade dos parques de estacionamento em Albufeira. Se isto não é uma vontade de criar os parques de estacionamento, se não é uma vontade de fazer as coisas, então meus amigos estão completamente errados. Este comunicado foi feito por uma pessoa que não está dentro do assunto e pensa que não temos rigor, que não há transparência, que somos incompetentes e irresponsáveis. Eu faço lembrar que os bons não estão desse lado e os maus deste. Nós, neste executivo, já pagamos obras que o Partido Socialista fez há anos atrás, sem projecto. Faço lembrar que houve obras neste concelho, nomeadamente a "526" da Praça de Touros até à Ponte Barão e na zona de Vale Rabelho, em que nós temos andado a acertar as pontas com os proprietários desses terrenos. Isto tudo para dizer que quem está aí fora é não sabe do assunto, olha para cá e tem a sensação de que agora é que está uma desgraça. Nunca aconteceu nada aqui que pudesse ter complicações. Eu, como disse, aceito algumas situações que aqui foram colocadas, aceito porque sou responsável. Se não fosse responsável o partido Socialista não me teria convidado para trabalhar com vocês durante quatro anos de uma vez e mais dois noutra. Então, andaram a trabalhar com quem? Com uma pessoa irresponsável? Com uma pessoa que não tem rigor? Nós damos a cara e respondemos por este executivo. As eleições são em

Outubro. Desde que tomei posse, tenho uma listagem de obras que já fizemos. Não as tivemos a coordenar em função do tempo eleitoral, porque para mim o tempo eleitoral não é o prioritário, há outras questões mais importantes. Há questões que não foram cumpridas ponto por ponto, mas há correcções que têm sido feitas. O Tribunal de Contas, pediu informações na sexta-feira, hoje já foram enviadas. Hoje chegou outro ofício, ao qual já acabei a informação com o Dr. Peixinho e o documento ainda seguiu hoje para o Tribunal. Tenho aqui comigo as perguntas e as respostas dadas, não é segredo de ninguém, porque obviamente, os processos são públicos, e entrego-as ao Sr. Presidente da Assembleia. Não foram entregues mais cedo porque, obviamente, seguiram hoje, as duas respostas. Numa, pedi apoio técnico e na outra pedi apoio ao Director de Departamento, com o objectivo de dar boas informações. Obviamente que, entendemos e assumimos aquelas que não foram bem planeadas e informadas, acho que nesta situação foi mais, coisas que não foram bem informadas. As conversas que tivemos com a GNR não foram por escrito, no princípio houve falha de comunicação. Não vou esconder nada, os documentos estão todos aqui. No entanto, há uma procura de corrigir e uma vontade de concretizar um projecto que para nós parece importante. Em relação às variantes: Entra a Coxeira e o Cemitério, o projecto está praticamente feito; Entre a Bolota e o Vale da Ursa e Bem Parece, está na mesma situação; Entre o Vale da Ursa e a Galvana, está em execução, mas o Tribunal mandou parar por causa de uma expropriação. No Plano de Pormenor de Albufeira, que está a ser executado, daqui a 15, 20 dias virá para baixo e será apresentado à Assembleia Municipal. Está prevista a ligação a Norte da rotunda do Montechoro à rotunda que vai ser construída na zona da Balaia e a outra via que vai sair à estrada dos Olhos d'Água. Todo o plano rodoviário está neste momento a ser elaborado com o objectivo de o trazer à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, para deliberação. Ou seja, há aqui a vontade e o saber fazer as coisas, há aqui uma preocupação como futuro independentemente das datas das eleições e dos candidatos. Não há segredos nenhuns, as coisas estão à vista. -----

Fernando Anastácio - Na argumentação da resposta por parte de dois membros da Assembleia, Eng. Quintino e Eng. Gabriel, foram referidos alguns elementos. Primeiro: nomeadamente o Eng. Quintino teve a possibilidade de ver fotografias, teve a possibilidade de ver relatórios. Esses elementos não estão no processo administrativo do concurso, portanto acho que toda a gente deve ter acesso a eles. Não estou a dizer que não existam e que não são tecnicamente fundamentados, apenas estou a dizer que não estão lá e o Eng. Quintino teve acesso e eu não tive, assumiu-o aqui, claramente. O Eng. Gabriel falou do projecto e fez considerações sobre o tal projecto que eu não conheço e que também não está no processo e parece que a Câmara também não conhece, porque segundo me parece, os vereadores, os tais que o Eng. Quintino evocou que tinham votado a favor na Câmara Municipal nas deliberações de alteração de preço, nenhum conhece o referido projecto, porque a Câmara não reuniu e não deliberou. Mas o Eng. Gabriel conhece o projecto, ou pelo menos fala como o conhecesse, também não sei se o conhece. É este tipo de questões, que primeiro têm de ser referenciadas aqui na Assembleia, não pode haver, em bom rigor da transparência que o Sr. Presidente evoca e que se sente incomodado quando se coloca que alguém tenha informação que outros iguais não têm direito. É um ponto para ficar claro. Segundo: A história dos três anos. Meus amigos, o concelho de Albufeira não nasceu há três

anos atrás, quando o Partido Social Democrata recebeu a confiança dos munícipes de Albufeira para gerir os destinos do concelho num mandato de quatro anos. O Partido Socialista, que sempre teve a responsabilidade de gerir este município, durante mais de vinte anos, com excepção de um período de três anos, assume por inteiro o bom e o mau que há neste concelho. E se calhar a possibilidade de os Senhores estarem a fazer algumas coisas e de estarem aqui sentados a falar. Portanto, não escrevam a história, ela não começou há três anos atrás. Aliás, o Sr. Presidente até diz e bem: "Nós até pagamos obras que os Senhores fizeram." Mas essas contas com o eleitorado, nós já as acertamos. De quatro em quatro anos, o bem e o mal que se faz, acerta-se nas urnas. Portanto, o que estamos agora a falar, é do vosso mandato, do bom e do mau do vosso mandato, no momento das críticas ou elogios ao que se faz bem ou mal, porque os Senhores também fizeram coisas bem, nós cá teremos o tempo de vos elogiar quando for caso disso, sem problema nenhum. Agora, estamos cá para falar do balanço. Porque nós, somos capazes de dizer que vocês fizeram coisas bem, mas parece que vocês acharam que nós em vinte anos não fizemos nada. Ou seja, Albufeira o que é hoje, com os defeitos e as suas qualidades, é obra do Espírito Santo, não é obra da população de Albufeira, não é obra dos empresários de Albufeira, não é obra de quem aqui vive, não é obra dos autarcas que aqui estiveram. Até aqui nada houve, a história começou há três anos atrás. Relativamente às questões do rigor, às opções: é obvio que nós discordamos de algumas opções, é natural. Porque é natural, também que aqui diga, não faz sentido nenhum estar três anos, e também já vinha de trás algum tempo de trabalho, acrescento, a preparar projectos, sobre uma intervenção que acho não prioritária. E a nova variante? Do ponto de vista do orçamento e plano de actividades, já está registada para 2006, 2007, 2008. Sr. Presidente, não é necessário três anos para fazer projectos, um projecto faz-se num ano, ou menos. Portanto, não me venha dizer que é eficiência demorar três anos a preparar projectos, e passar o mandato a fazer projectos para uma nova via. O Partido Socialista, que tão mal geriu, concebeu e executou em menos de um mandato, o dito eixo viário, que hoje estamos aqui a falar, pelo menos a intervenção principal. Estas questões valem o que valem. É evidente que temos opções diferentes, entendemos que aquela obra é de cosmética, porque para preparar o tal perímetro de alinhamento não precisa de ir resolve-lo ao pé do Lidl, ele não está aí, ele está quase a setecentos metros de distância. Não se desventra tudo, para resolver um problema casuístico e pontual. Os argumentos valem o que valem, nós usamo-los como bem queremos, é verdade. O facto, é que houve questões incorrectas, só foram corrigidas em função da opinião pública e ainda andam a ser corrigidas. Eu pergunto, se ninguém se preocupa em saber que projecto vão fazer? Ou será, Sr. Engenheiro, aquele buraco de quatro metros trabalho preparatório? Para preparar o quê? Se calhar, a conduta da água, que é o tal túnel, como dizia o Sr. Eng. Gabriel. Porque não vamos ter um túnel para as pessoas passarem, vamos ter um escoamento de água quando o ribeiro inundar. A utilidade do projecto já percebi. Mas isso resolver-se-ia não com passeios, mas sim com condutas, que é mais barato. Não vale a pena colocar passeios para as pessoas passarem a pé, quando parece que a única finalidade, numa perspectiva do Sr. Eng., no tal projecto que ninguém mais leu, que é para resolver o problema dos fluxos de água que podem vir com a inundação do ribeiro. Não estamos aqui a convencermos-nos uns aos outros, porque cada um tem a sua opinião. A opinião pública há-de fazer o seu juízo, e se os

Senhores tiverem razão serão elogiados. Para já as questões estão claras, há questões que não estão correctas, nomeadamente esse ofício que veio na sexta-feira, deveria estar no processo. E o projecto, também não lá está. Se a Comissão Técnica o foi apreciar hoje, concerteza que foi apreciado pelos serviços e nada impediria que o projecto estivesse lá. Ou só há uma peça do projecto e teve de ir para a Comissão Técnica? As questões estão claras e penso que não vale a pena gastarmos mais tempo da Assembleia. Já está clarificado o assunto. -----

Pedro Ferro - Queria expor uma questão ao Presidente, no que diz respeito à demolição do edifício do cinema. O edifício foi demolido com uma licença camarária, cuja aprovação do projecto está de acordo com aquilo que estava previsto, na medida em que, quer as peças fixas, quer as peças desenhadas, contêm explicito que será preservada a fachada principal do edifício. Contudo, já no projecto de demolições, é algo que não se verifica. Queria saber se o Presidente da Câmara já tomou alguma atitude no sentido de apurar responsabilidades, já que foi posto em causa o património e a legalidade prevista nos regulamentos de planeamento e posto em causa a autoridade da Câmara Municipal? -----

Francisco Calhau - Sobre a questão do eixo viário. Primeiro: penso que o facto de se defender que a solução do trânsito de Albufeira passará por um eixo externo aquele, não significa que o mesmo não deva ser requalificado. Aliás, parece que a própria sociedade Polis o tinha equacionado. Tanto quanto vi e me lembro do projecto do Polis, ao considerar na actual rotunda a necessidade de fazer um cruzamento desnivelado, levava a essa intervenção, praticamente até à rotunda dos Golfinhos. Se não chegava lá, ficava muito perto. A outra questão, a do desnivelamento, lembro-me perfeitamente de que fui uma das pessoas que se opôs a essa solução para acabar com aquele cruzamento. Havia muita gente, o Partido Socialista, na altura, que se opunha a esse desnivelamento também. Mas eu tenho presente que, se fossemos pela opção de desnivelamento e não pela rotunda, sendo provisória ou não, essa obra que era necessária fazer, obrigava a um alargamento tremendo. Basta só imaginar, para desnivelar aquele cruzamento é preciso criar todo um sistema de acessos, saídas e entradas. Portanto, se o que está aqui em causa é o alargamento do eixo viário, acho que de qualquer maneira, pela outra opção, iria ficar mais largo. Pode-se olhar para o projecto de intenções que havia na altura, para as peças desenhadas e esboços que foram feitos, onde eu penso que isso estava realmente definido. Também me parece que não será por aí que se levanta o problema. Agora pode-se gostar ou não da obra, é um facto, mas isso é outra coisa. -----

Carlos Gabriel - É apenas para repor a verdade. Felizmente as Assembleias são gravadas e se tiverem dúvidas naquilo que eu disse, podem ouvir a gravação. Eu não disse que o túnel era para um escape de águas, disse sim que eventualmente, numa situação de cheia a montante da zona das Ferreiras, ele iria facilitar o escoamento das águas. É lógico que irá ser feito com essa função. É uma passagem de peões. A adulteração das minhas palavras agradeço que não seja feita. Isso é mais conversa de advogados, que gostam de dar a volta aquilo que as pessoas dizem. -----

O Presidente da Assembleia encerra o período antes da ordem do dia e inicia a ordem do dia, apresentando o primeiro ponto. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 20/09/2004; -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: (0) -----

Abstenções: (2) Helder Sousa; Carlos Gabriel. -----

Votos a favor: (21) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Eduardo Medeiros; Francisco Guerreiro; José Aboim; Berto Palma e Fernando Neves. -----

**Aprovada por maioria** -----

### PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia pergunta se há intervenções relativamente ao ponto apresentado. Ninguém quis intervir. -----

### PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração da data e do montante da despesa, do concurso público para aquisição de Serviços de Higiene Urbana no município de Albufeira entre 1 de Novembro de 2004 e 30 de Setembro de 2012, nos termos do Art. 22º da Lei n.º 197/98, de 8 de Junho; -----

Fernando Cabrita - Não há erros de zeros na proposta? É trinta milhões de euros? -----

Fernando Anastácio - É uma questão que tem a haver mais propriamente com o concurso. Não sei se o Sr. Presidente está em condições de responder, ou se quer responder. Gostaria de saber, se for possível, considerando que o contrato passará a funções a um de Abril, se houve algum trabalhador da Câmara Municipal que tivesse optado prestar serviço na empresa? -----

Presidente da Câmara - Não. -----

Não havendo mais intervenções, passa-se à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: (1) Fernando Neves. -----

Abstenções: (10) Paulo Freitas; Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Eduardo Medeiros; Francisco Guerreiro; José Aboim e Berto Palma. -----

Votos a favor: (12) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira e Helder Sousa. -----

**Aprovada por maioria** -----



### PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da isenção das taxas e mensalidades relativas à ocupação de lojas e bancadas decorrentes das obras de remodelação e revitalização funcional do Mercado Municipal dos Calços, nos termos das alíneas a) e e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e pergunta se há intervenções. Não havendo intervenções, passa-se à votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: (0) -----

Abstenções: (0) -----

Votos a favor: (23) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Eduardo Medeiros; Francisco Guerreiro; José Aboim; Berto Palma e Fernando Neves. -----

**Aprovada por unanimidade** -----

### PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, pedido de autorização para a concessão, pelo prazo de 50 anos, da exploração do estacionamento público à superfície, em terrenos de domínio público, sitos na Avenida da Liberdade, solicitado pela Sociedade Polis, nos termos da alínea b) do n.º4 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e coloca-o à discussão. -----

Fernando Anastácio - Como já falamos de parques de estacionamento aqui hoje, congratulamo-nos de facto que alguém tivesse pensado na sua necessidade. A Sociedade Polis, criada pelo Partido Socialista, fez aprovar um plano estratégico com parques de estacionamento, um dos quais este. E nós só lamentamos que tivesse demorado quatro anos a chegar aqui à Assembleia Municipal, trata-se tão só de uma alteração de um pedido de construção de direito de superfície, por cinquenta anos, para uma entidade privada assumir o encargo de construir e explorar o referido parque de estacionamento. E isto entronca o ponto, que de facto as coisas interessam. Eu recorro que este é o primeiro de alguns. Provavelmente, daquele que já se falaram hoje aqui, como o da Avenida 25 de Abril e o Parque do Inatel, por coincidência, são todos parques constantes do Plano Estratégico aprovado relativamente ao Programa Polis. Sr. Presidente, é importante valorizarmos as coisas, mas isto é postal do partido Socialista, que durante vinte anos não fez nada. Aquilo que os Senhores estão a tentar lançar via Sociedade Polis, é daqueles indivíduos que estiveram cá durante vinte anos, gastaram mal o dinheiro do município, justifica-se depois a resposta às tais necessidades que se deveriam manter. Com isso não estarei agora a responder. É bom a cada um, aquilo que de facto é capaz de fazer. A cada um aquilo que fez. Quanto á questão que está aqui, os cinquenta anos, eu penso que só se justificava se este processo viesse instruído com uma análise económico-financeira de viabilidade, que ponderasse as razões do porquê dos cinquenta anos. É um Direito de Superfície por cinquenta anos, mas não se diz quanto custa, qual é o investimento. Trás um programa de tarifário, de facto,

o que permitiria dizer também que era possível chegar á conclusão, fazer uma projecção, quando é que havia o retorno deste investimento. Não é pela questão dos cinquenta anos que não vai haver parque de estacionamento, mas os Senhores terão que ouvir e concordar que faria todo o sentido que se justificasse a razão do porquê cinquenta e não trinta anos. Eu dou-vos exemplos. Há muitos parques de estacionamento feitos em cidades que têm trinta e vinte cinco anos, outros têm cinquenta, também, mas a razão que se decide, se autoriza e se vai alienar património municipal, estamos a falar o Direito de Superfície por cinquenta anos, nós quando alienamos património que é de todos, ou criamos ónus sobre esse património, temos de justificar as razões económicas e fundamentam-se as decisões. Se o Sr. Presidente quiser vender um terreno do município, vem aqui à Assembleia Municipal pedir autorização, justifica o valor e dá as razões, e se calhar pede uma avaliação técnica para instruir o processo. Eu pergunto: Enquanto membro do Conselho de Administração da Sociedade Polis e tão preocupado que está e com rigor, porque é que não suscitou que o Conselho de Administração instruisse o processo com uma análise económico-financeira da justificação dos cinquenta anos? A respeito dos desenhos: de facto posso ler mal, sou advogado, não sei ler projectos, mas vejo que estão aqui uns riscos. Perdoem-me os arquitectos porque não percebo nada disto, mas não é depreciativo, relativamente ao tal buraco preparatório da Avenida. Portanto, por aqui conseguimos perceber se de facto há para lá qualquer coisa relativamente a um túnel. Aliás, eventualmente, também se percebe que ligará a este projecto do parque de estacionamento. Mas como eu tenho escritório no segundo andar na Avenida da Liberdade e como vejo a obra, se calhar fiz aí um acompanhamento igual ao que os técnicos do Polis fizeram, porque eles estão do outro lado. Das varandas fizemos o acompanhamento da obra. Deve ser este o acompanhamento de que se falou aqui, que os técnicos do Polis fizeram. Da varanda do seu escritório, olharam para a obra e acompanharam. Não sei se esta questão há bocado tinha ficado clara, mas deve ser este o nível de acompanhamento que se fez e provavelmente o que estamos a fazer. Eu peguei no projecto, tentei olhar para lá, vi mais ou menos o buraco, a passagem deve ficar mais ou menos por aqui. Isto não faz sentido nenhum. Acho que é altura de tentarmos tratar as coisas de uma forma mais séria. Mesmo neste assunto, que é uma coisa perfeitamente consensual e que deveríamos estar todos empenhados a dizer "vamos lá fazer um parque rapidamente, já devia estar feito há muito tempo", até estas coisas vêm instruídas de forma deficiente, sem uma preocupação de rigor, e isso não podemos deixar em branco, para que o erro seja corrigido. -----

Adriano Ferrão - Só queria responder ao pormenor de humor. O deputado do partido Socialista também esteve bem humorado. Então, eu também me congratulo com a ideia que o PS teve com o projecto Polis, mas não me congratulo com a falta de meios que deixaram para executar o projecto Polis e também não me congratulo com o timing que puseram no relógio que não tem nada de realidade. Congratulo-me, de certeza, que o executivo do PSD conseguiu levar a obra em frente. Quanto á marginalidade, que o deputado pensa depois existir naquele túnel, eu depois convido-o a dar um passeio comigo por lá e se for preciso até lhe ofereço um cão. Realmente não me parece ter medo de passar por ali. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação. ---

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: (0) -----

Abstenções: (1) Fernando Neves -----

Votos a favor: (22) Carlos Silva e Sousa; Francisco Calhau; Carlos Gabriel; José Sequeira; Carlos Quintino; Miguel Mesquita; Adriano Ferrão; Rui Bernardo; Helder Guerreiro; Manuel Gonçalves; Vítor Vieira; Helder Sousa; Paulo Freitas; Pedro Ferro; Vitor Neto; Fernando Cabrita; Fernando Anastácio; Ricardo Silva; Eduardo Medeiros; Francisco Guerreiro; José Aboim e Berto Palma. -----

**Aprovada por maioria** -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade, a minuta das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Esgotada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:20 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 01 de Março de 2005 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_